



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682372 - PA (2021/0232443-8)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : ANTÔNIO SÉRGIO BARATA DA SILVA
ADVOGADO : ANTÔNIO SÉRGIO BARATA DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA)
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : ANTÔNIO SÉRGIO BARATA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em causa própria por ANTÔNIO SÉRGIO BARATA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (Agravado de Execução Penal n. 0027093-05.2018.8.14.0401).

O impetrante sustenta que a punibilidade deveria ser extinta pela prescrição da pretensão executória.

Aduz não constituir causa impeditiva ou interruptiva da prescrição a prisão preventiva decretada, cumprida e revogada no Processo n. 0001010-05.2008.8.14.0009 antes do início da execução penal.

Afirma que o início da execução penal ocorreu fora do prazo prescricional, extrapolado em seis meses do previsto no art. 109, inciso III, do Código Penal.

Destaca que não se enquadra no art. 116, parágrafo único, do referido diploma legal, porquanto não se encontrava preso preventivamente e nem em cumprimento de pena.

Argumenta que, por ser a medida legal mais benéfica, a prescrição executória deve prevalecer sobre a extinção da punibilidade pelo cumprimento da pena.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do PEC n. 0027093-05.2018.8.14.0401 até o julgamento definitivo do *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reconhecida a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão executória.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para o não reconhecimento da prescrição da pretensão executória, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 31/33):

Após a detida análise dos autos, compreendo que o recurso em escrutínio não merece ser acolhido, conforme será demonstrado.

Conforme se extrai, o ora agravante objetiva o reconhecimento da prescrição da pretensão executória da pena de 8 (oito) anos de reclusão, referente à Ação Penal nº 0000296-85.1996.8.14.0046, alegando que somente teria

iniciado a execução penal em 26/11/2018, após o curso do lapso temporal prescricional.

Esclareceu, em acréscimo, que o termo inicial para contagem do prazo de prescrição da pretensão executória seria a data do trânsito em julgado para a acusação e não a data do trânsito em julgado da sentença definitiva, ou seja, do acórdão confirmatório de sentença condenatória.

É cediço que a prisão por outro crime impede e suspende o decurso da prescrição da pretensão executória, nos termos em que determina o parágrafo único, do artigo 116 do Código Penal:

[...]

Portanto, havendo causa impeditiva expressa em lei, a decisão ora agravada está correta ao mencionar que a prisão por motivo diverso suspendeu o curso da pretensão executória.

Ademais, observa-se que o apenado foi preso em 24/04/2008 por força de mandado de prisão preventiva decorrente da prática dos delitos tipificados no artigo 121, §2º, incisos II, III e IV, e artigo 211, ambos do Código Penal, que resultou na condenação de 33 (trinta e três) anos de reclusão, tendo permanecido custodiado até 27/06/2016.

Sendo assim, tendo em vista que o trânsito em julgado da condenação somente ocorreu em 09/02/2009 e o que o prazo de prescrição da pretensão executória não corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo, nos termos da norma inserida no parágrafo único, do artigo 116 do Código Penal, constata-se que ainda não decorreu o prazo prescricional da pretensão executória, uma vez que este somente foi iniciado após a concessão da liberdade provisória nos autos do Processo nº0001010-05.2008.8.14.0009.

[...]

Ademais, impende destacar que coaduno com o respeitável parecer ministerial lançado aos autos, a qual se manifestou pela manutenção da decisão ora hostilizada, nos seguintes termos:

O decisum esclareceu que o prazo prescricional da execução do crime cujo trânsito em julgado iniciou-se em 31/05/2006 foi computado até 24/04/2008 e, posteriormente, foi retomado em 27/06/2016, sendo computado até 14/11/2018, quando o apenado retornou ao cárcere por força de mandado de prisão. Desta feita, vislumbramos que durante todo este processo de custódia, houve suspensão do prazo prescricional referente ao processo nº 0000296-85.1996.8.14.0046, nos termos do artigo 116, parágrafo único, do Código Penal. (...). Nesta esteira, entendemos que a decisão do juízo de execução foi

escorreita e de acordo com os ditames legais, vez que enquanto o condenado estiver preso por outro motivo, ocurso do prazo legalmente previsto para ocorrência da prescrição da pretensão executória estará suspenso. (...). (fls. 146-147).

Desta feita, vislumbro que o Juízo da Execução fundamentou de maneira acertada o indeferimento do reconhecimento da prescrição da pretensão executória. Pelo exposto, na esteira do respeitável parecer ministerial, conheço e nego provimento ao recurso interposto, nos termos da fundamentação exarada alhures.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência